



Ata nº 3/2025 – Sessão Ordinária vinte e oito de abril de 2025

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no auditório da Biblioteca Municipal António Francisco Barata, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, dezoito horas, propondo um minuto de silêncio em memória de Sua Santidade o Papa Francisco, não somente por ser o líder dos católicos, mas enquanto grande Humanista que defendeu a paz, o diálogo, a fraternidade, a justiça social, sendo que além da defesa de todos estes valores também revelou as suas preocupações com o ambiente e as alterações climáticas. Sem dúvida que ficará na história como uma das mais notáveis personalidades do século XXI.

-----A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio.-----

-----Seguidamente a senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldês;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** -----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata);-----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foram substituídos os seguintes membros: -----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o membro ausente justificou a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado a justificação. -----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira;-----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----De seguida foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata Nº 2/2025-----

-----2. Informação sobre o Expediente da Assembleia Municipal-----

-----3. Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

----- 1. Conhecimento e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2024-----

-----2. Conhecimento da Certificação Legal de Contas/Ano 2024-----

-----3. Conhecimento e Votação da Modificação aos Documentos Previsionais Nº 8/2025/Revisão ao Orçamento Nº 2 e Revisão às Grandes Opções do Plano (Gop) Nº 2-----

-----4. Conhecimento e Ratificação da Aprovação do Compromisso Plurianual Relativo à Criação de Três Concessões de Pesca Lúdica do Concelho de Góis-----

-----5. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2025 – Comunicação Periódica-----

-----6. Conhecimento do Relatório de Observância do Direito da Oposição-----

-----7. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2025**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 2/2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também remetido para todos os membros da Assembleia Municipal. Apenas deu conhecimento que no âmbito do protocolo entre a ANAM e o IPDJ, foi rececionado um e-mail relativo ao Programa “Cuida-te” o qual visa a promoção da saúde juvenil e dos estilos de vida saudável. Referiu que todos os jovens em Portugal, entre os 12 e os 30 anos podem, agora, com o Programa “Cuida-te”, aceder, online ou presencialmente, a consultas gratuitas de aconselhamento e acompanhamento psicológico, nas áreas da saúde mental e bem-estar emocional, corpo e atividade física, alimentação, sexualidade e comportamentos aditivos, tendo esta comunicação sido encaminhada para as Associações de Juventude do concelho. Na sequência da reunião do Conselho Municipal de Segurança deu conhecimento que a GNR apresentou os seguintes dados relativos aos meses de novembro e dezembro de 2024: Nº Efetivos - saída de um cabo, ficando no total 20 efetivos; Acidentes de Viação: +11, com 5

Feridos Ligeiros; Crimes Relevantes: 3 Burlas Informáticas e 2 Crimes de ofensa à integridade física; Violência Doméstica - sem registo neste período; Auto contraordenações: + 67 ; Auto Policia Geral: 1 (freguesia de Alvares - falta de controlo de canídeos) e Detenção por uso de porte de arma proibida: 1.---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu que na última sessão deste órgão questionou o senhor Presidente sobre as respostas às reclamações apresentadas no âmbito da revisão ao PDM pelo que reiterou para quando é que estas irão ser remetidas a quem as apresentou.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que na sexta-feira passada já procedeu à assinatura de parte dos ofícios que irão ser remetidos às reclamações apresentadas, faltando apenas assinar alguns ofícios, porquanto, devido à falta de energia elétrica, não lhe foi permitido concluir a assinatura ao documento pelo que ainda na semana em curso estes serão remetidos.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês iniciou a sua intervenção expressando o seu reconhecimento ao Município de Góis e à Unidade Local de Saúde de Coimbra, pelo meritório esforço e dedicação evidenciados na reabertura da Extensão de Saúde de Alvares, efetivada no início do mês de abril. Este ato, constitui um marco relevante na promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde primários, beneficiando de forma direta a população local. Apesar do funcionamento ainda se encontrar limitado a um dia por semana, quartas-feiras, das 09h30 às 15h30, a prestação de serviços médicos é efetuada num espaço adequado. O Município de Góis e a Unidade Local de Saúde de Coimbra estão, pois, de parabéns pela visão estratégica e pela sensibilidade social que revelaram, ao assegurar que a Extensão de Saúde de Alvares volte a servir, com competência e proximidade, a sua comunidade. De igual modo felicitou o Município de Góis por ter sido distinguido com a Bandeira de Mérito Social pela ANGES – Associação Nacional de Gerontologia Social, uma distinção, que reconheceu o esforço e a dedicação do município e dos seus técnicos no trabalho de promoção para um Concelho mais inclusivo e solidário. Parabizou também pela apresentação da excelente exposição temporária “Mulheres do 25 de abril”, patente no foyer da Casa da Cultura de Góis, de 07 a 30 de abril, mostra de elevado valor simbólico e cultural, enaltece o papel fundamental das mulheres na construção da liberdade e da democracia, e constitui um importante contributo para a preservação da memória histórica do nosso país. Parabéns ao

Município por esta iniciativa que tão bem honra e valoriza a cultura e os ideais de abril. Manifestou, ainda, o seu sincero agradecimento ao Município de Góis e às suas equipas técnicas, nomeadamente da carpintaria, pela resposta célere, eficaz e dedicada que têm prestado ao Agrupamento de Escolas de Góis, nomeadamente na elaboração e adaptação de materiais essenciais ao trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, sendo que esta colaboração é de extrema importância para garantir a inclusão plena e o reforço da participação destes alunos na vida escolar. Este espírito de cooperação e atenção às necessidades de todos é verdadeiramente digno de registo e aplauso.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que a sua intervenção tem como função um momento de reflexão sobre os acontecimentos pelos quais tem passado o nosso país e, conseqüentemente, o nosso concelho, referindo que no ano de 2020 fomos atingidos por uma pandemia, o COVID-19, não tendo, na sua ótica, nada sido feito pela comunidade internacional, sendo que os que causaram a morte a milhares de pessoas estão imunes a essa mesma situação. Sobre o apagão que presentemente estamos a viver referiu a existência de enormes prejuízos para a população do nosso país, tendo ouvido algumas considerações relativamente às várias possibilidades que estiveram na génese deste apagão, uma das quais é que poderá ser um fenómeno extremo que tenha provocado esta situação, entre outras, uma das quais ser um país que está a penalizar a europa. Entende que esta será a altura para que os responsáveis políticos deste país e da europa olharem para esta situação pelo facto de Portugal estar a ser fortemente afetado esperando que as autoridades, sobretudo, da europa, identifiquem e que, de uma vez por todas, sejam penalizados aqueles que tanto mal fazem à humanidade. Reiterou as suas palavras por se tratar de um grave problema pelo que a ser o que se pensa, um crime de um país contra a europa, terá que haver mão forte não somente da europa, mas também do mundo, por ser uma situação inaceitável e inadmissível. Acresce a este facto que quem gere a energia elétrica do país terá que reconhecer que a energia não terá que ir a Espanha e voltar, sendo que estamos a sofrer conseqüências, entendendo que está na altura deste país e a europa olharem para a linha que querem traçar para os cidadãos europeus, sendo gravíssimo pensar-se que este apagão resultou de um atentado.-----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento referiu que apenas desejaria ter conhecimento do ponto de situação relativamente a situações que se encontram pendentes na freguesia de Alvares, nomeadamente, a bomba para abastecimento de viaturas dos bombeiros, o projeto do Parque da Selada, bem como a intervenção em algumas estradas. Prevaleceu-se para agradecer todas as diligências tomadas para a reabertura da extensão de saúde de Alvares.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à bomba para abastecimento de água referiu que durante os trabalhos surgiram algumas questões que pensa que se encontram ultrapassadas pelo que

a breve trecho o equipamento estará em funcionamento. Sobre o projeto do Parque da Selada referiu que, conforme explicou em anterior sessão da Assembleia Municipal, encontra-se para validação da DGAL. Sobre a intervenção nas estradas na freguesia de Alvares referiu ser do seu conhecimento, estando estas devidamente sinalizadas, porém face às condições atmosféricas que se têm feito sentir é impossível a realização dos trabalhos pelo que assim que o tempo melhorar serão feitas as referidas intervenções nesta freguesia e em outras freguesias do concelho.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia sobre a revisão ao PDM questionou se o mesmo já teria sido publicado em Diário da República, bem como se já se efetuaram as diligências relativamente aos limites administrativos do concelho. No âmbito da manifestação de interesse da empresa Mota-Engil em investir no nosso território questionou se já houve mais desenvolvimento sobre o assunto. Na última sessão desta Assembleia Municipal, realizada no Barreiro, Vila Nova do Ceira, foi por si dito que após sucessivos pedidos para intervir no largo junto à capela os trabalhos foram iniciados, tendo na altura o senhor Presidente dito que a sua pessoa estaria a ser irónica, sendo que provavelmente não o estaria a ser, pois até a esta data as obras encontram-se paradas e não concluídas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a publicação do PDM referiu que a Câmara Municipal após aprovação do documento tomou como procedimento colocá-lo na plataforma da DGT tendo para o efeito surgido vários constrangimentos ao nível informático, entendendo que estes já terão sido ultrapassados, cabendo a sua publicação em Diário da República à DGT. Sobre a questão dos limites administrativos do concelho referiu que somente podemos tomar os necessários procedimentos quando o PDM for publicado. Sobre a manifestação de interesse da empresa Mota-Engil informou dos procedimentos que se encontram a ser tomados junto da Lusiaves para que a empresa se possa estabelecer na mesma área na Carvalhinha. Em relação às obras referidas no Barreiro informou que as mesmas se encontram paradas porquanto se solicitou informação à E-Redes por causa de um poste aguardando que a empresa se pronuncie. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura relativamente à situação que presentemente assolou o país, referiu subscrever as palavras do senhor Carlos da Conceição Jesus, facto que a todos deve preocupar, sendo que anteriormente em conversa com a senhora Presidente da Assembleia Municipal manifestou a sua posição de que a presente sessão fosse adiada numa ótica de que, possivelmente, alguns membros não pudessem estar presentes por motivos de força maior, porém verifica-se a presença de todos. Todavia, face ao momento que atualmente estamos a viver seria de todo importante que o senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto responsável pela Proteção Civil, fizesse um ponto de situação ao estado do concelho, bem como se equaciona a possibilidade de acionar o Plano de Emergência,

conforme alguns concelhos vizinhos o fizeram não tendo sido colocada qualquer tipo de informação nesta matéria nas redes sociais da Câmara Municipal, parece-lhe haver mais preocupação na divulgação de festas que colocar informação sobre a atual situação que nos encontramos a viver. Questionou sobre o funcionamento dos postos de abastecimento de combustível, bem como se houve algumas ocorrências que valha a pena comentar, o funcionamento das IPSS's do concelho, o funcionamento das escolas, entre outras situações motivo de preocupação. -----

-----Relativamente a outros assuntos fez uma breve abordagem à 20ª Corrida do Entrudo nas Aldeias do Xisto e a participação do Município de Góis na BTL. Felicitou as empresas do concelho que ficaram entre as 500 melhores empresas na área da construção civil, António José & Filhos, Carlos Manuel, Unipessoal, Celso Ventura Construções e Fapie Caixilharias. Parabenizou a União Progressiva do Colmeal pela realização de mais uma edição da Rota das Colmeias. Felicitou a Câmara Municipal pela reabertura da extensão de saúde de Alvares, bem como a Junta de Freguesia de Alvares que também teve um papel preponderante nesta situação assim como no processo da elevação de Alvares a Vila a par com todo o trabalho realizado pelos deputados do Partido Socialista na Assembleia da República. Sobre a atividade cultural endereçou as felicitações ao Município pela organização e promoção da 27ª edição da Feira do Livro prevalecendo-se para felicitar o conterrâneo escritor Paulo Santos pelo lançamento de mais uma obra da sua autoria, esta intitulada “Canaveias, onde tudo acontece”. -----

-----Relativamente às comemorações do 51º aniversário do 25 de abril fez novamente alusão ao cancelamento das celebrações previstas para a comemoração desta efeméride, não sendo as suas palavras de âmbito político, porquanto vários municípios geridos pelo PS também tomaram essa mesma posição, elogiando todos os discursos proferidos durante a sessão solene do dia 25 de abril parabenizando o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo discurso que apresentou, o que na sua opinião foi claramente um discurso de esquerda onde focou os mais desfavorecidos, os trabalhadores, o combate à desigualdade, a defesa dos direitos da mulher, a referência ao SNS, pelo que nos sentimos orgulhosos das palavras proferidas, endereçando felicitações ao senhor líder da bancada do PSD pelo discurso apresentado que também se percebeu ser um discurso de esquerda, tendo sido notado um ligeiro afastamento à política local, podendo-se supor a existência de algum descontentamento pelo parco desempenho desta Câmara Municipal. Por último endereçou felicitações aos trabalhadores dos serviços externos pelo trabalho que têm vindo a desempenhar, questionando o porquê de na 5ª feira Santa os serviços externos não terem estado a trabalhar no período da manhã, uma vez que os outros serviços se encontravam a laborar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao seu discurso na comemoração na sessão

comemorativa do 25 de abril referiu que pelo menos o discurso foi do agrado do senhor Ricardo Ventura, salientando que se entendeu como sendo um discurso de esquerda efetivamente fez uma leitura errada, porquanto se tratou de um discurso realista. Referiu que nesse mesmo dia ficou preocupado pelo facto de não saber o que estaríamos a fazer na Casa da Cultura, pelo facto de ter sentido que não estaríamos a comemorar o 51º aniversário do 25 de abril, mas sim de uma forma moderada e recatada em respeito a um Homem pelo que representou para a Humanidade, independentemente de posições políticas de esquerda ou de direita. Contudo, nas palavras proferidas foi feita alusão a que estamos preocupados em publicar festas, questionando se desejava festa no aniversário do 25 de abril não entendendo o que efetivamente deseja. -----

-----Relativamente à situação que nos encontramos a viver referiu que, na manhã do dia de hoje, esteve presente na assinatura de um protocolo em Coimbra como o Ministério da Defesa, com a presença dos senhores Ministros da Defesa e da Juventude, e o sr. Secretário de Estado da Educação, sendo que também foram confrontados com esta situação, pelo que assim que a cerimónia terminou deslocou-se no imediato para Góis. Referiu ter sido realizada uma reunião da Proteção Civil com todas as entidades e técnicos da Câmara Municipal ligados a esta área, bem como o representante da APIN por causa do abastecimento de água, que nos informou da possibilidade de interrupção no serviço de abastecimento de água em algumas localidades. As IPSS's concelhias foram também contactadas pelas técnicas da Ação Social. Na reunião foram abordadas questões sobre o funcionamento das escolas, transportes, combustíveis, IPSS's, proteção civil, tendo sido tomadas medidas as quais foram acompanhadas e monitorizadas por trabalhadores da Câmara Municipal, tendo ao nível de transportes municipais sido dada a indicação que a circulação dos mesmos só se faria em situações extremamente necessárias, por uma questão de poupança dos combustíveis. Referiu não haver a certeza de quando é que a energia elétrica irá ser reposta, tendo para o efeito dado conhecimento da última comunicação prestada pela Proteção Civil sobre o assunto. Referiu ainda que no momento em que a reunião foi realizada estávamos sem rede de comunicações daí o facto de não ter sido imediatamente publicado o comunicado à população e não foi por estarmos preocupados em publicitar as festas e não publicitar o que de facto é necessário. Concluiu, referindo que as medidas foram tomadas, sendo que às 21.00 horas, do dia de hoje, irá ser feito um briefing na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, tendo esta entidade ficado definida como recetora de toda a informação que seja necessária para que possam ser tomadas medidas caso seja necessário. Em relação ao Plano Municipal de Emergência referiu que se até ao início do dia de amanhã a situação não tiver sido reposta o mesmo é acionado, no imediato, de acordo com o que está previsto nas normas e em função das conversas que foram tidas com os agentes

da proteção civil.-----

-----Dada a palavra o senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que no uso da palavra não mencionou que nada estaria a ser feito pelo facto de ter conhecimento que algo estaria a ser efetuado dentro das possibilidades do município, sendo o que seria importante era a passagem de informação para a população, sendo de igual forma importante a realização do briefing e estarmos informados sobre o que atualmente se encontra a ocorrer no concelho. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que caso a questão colocada não tivesse sido questionada seria sua intenção dar conhecimento das medidas que se encontram a ser tomadas na sequência do apagão que nos encontramos a viver. -----

-----Dada a palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que apesar de desconhecer qual a entidade que convocou a reunião lembrou que as Juntas de Freguesia do concelho também têm assento na Proteção Civil apesar de entender que quando a mesma foi realizada já não haveria eletricidade, reiterando que as Juntas de Freguesia integram a Proteção Civil.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente por falta de rede de telecomunicações foi impossível tomar procedimentos junto de todos quantos integram a Proteção Civil, tendo sido dadas indicações para ser dado conhecimento de todas as medidas tomadas face ao momento que vivemos.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão na sequência do apagão que presentemente vivemos solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma atenção redobrada para a União das Freguesias no que concerne a telecomunicações, bem como estarem acerca de 20 km da sede do concelho, pelo que caso esta situação se prolongue solicitou que deve ser dada uma maior atenção em virtude de a população ser maioritariamente idosa não tendo para o efeito forma de contacto caso venha a necessitar.-----

-----Prosseguiu referindo que a Assembleia Municipal deliberou, no pretérito dia 27.09.24, o júri para o procedimento de Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Chefe De Divisão – DGUPA, pelo que consultada a página do Município de Góis é visível que este processo não se desenvolveu conforme é visível com outros procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores, pelo que questionou qual o ponto de situação deste mesmo assunto. Sobre o Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico de Góis questionou sobre se este já se encontra devidamente constituído. Uma outra questão é sobre o estacionamento que passou para domínio público, na parte de trás do imóvel que agrega alguns serviços, na R. Comandante Bebianos Baeta Neves.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à situação da rede de telecomunicações na União de Freguesias referiu ser um assunto que tem merecido atenção redobrada por parte deste Executivo tendo ao longo deste mandato sido tomados procedimentos junto das redes operadoras para que esta freguesia possa estar munida de uma boa rede de telecomunicações. Sobre o Procedimento Concursal para Recrutamento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Chefe De Divisão – DGUPA referiu que efetivamente este procedimento ainda não passou para a fase seguinte em virtude da existência de outros procedimentos que foram lançados face à sua prioridade. Sobre o Conselho Municipal de Turismo informou que ainda não foi realizada nenhuma reunião até à presente data. Sobre a questão do estacionamento referiu estar apenas em falta uma situação relativa à ata do condomínio para que se possa efetuar o registo de domínio público na conservatória, sendo que pelo facto de ainda não se ter realizado a escritura ainda não se poderá colocar no local sinalética.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta interveio referindo que para além dos elogios proferidos pelo senhor líder de bancada do PS, os quais são subscritos pela bancada do PSD, apenas lhe apraz fazer referência ao 32º Raide promovido pelo Góis Moto Clube, no presente ano homenageando José Alvoeiro, apresentando uma palavra à organização que irá continuar sem este ser humano, contudo irá continuar a honrar o seu legado, pelo que se nesta prova nacional continuar a constar o seu nome será um ganho para todos nós. Felicitou a Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis por comemorar mais um aniversário tendo este marco cultural sido homenageado por um concerto conjunto com a Filarmónica de Serpins, prevalecendo-se para felicitar a nova Direção fazendo votos para que o seu trabalho seja profícuo no crescimento da filarmónica, em termos de músicos, para que possa dar continuidade ao excelente trabalho no âmbito musical. Fez ainda alusão ao concerto da FILVAR que ora iniciou um novo ciclo fazendo votos para que tenham um futuro ainda mais profícuo. -----

-----Relativamente às comemorações do 25 de abril referiu que quando no palco somos obrigados a intervir à esquerda não poderão nos dizer que o discurso veio da esquerda e, realmente, veio do nosso lado esquerdo, contudo não podemos confundir estas palavras com a alocação que primeiramente foi feita a um acontecimento, que no seu entendimento não é de direita, nem de esquerda, todos os partidos, na sua generalidade, falam dos momentos radicais, e não dos socialistas que cada vez são mais radicais, toda a gente se revê e contribuiu, bem como toda a gente deseja celebrar, pelo que não façamos de âncoras e, nisso o Papa Francisco teve muito bem pelo que poderíamos efetivamente traduzir para a política, ou seja, na política ninguém está a mais desde que venha para servir são bem-vindos, pelo que estamos à espera do contributo de todos. Logo, referiu que escusam de querer radicalizar o discurso, porquanto depois entramos em controvérsias, uma vez dizem que sim, outras dizem que não, o colega de

bancada pede alcatrão, uma vez diz que a Câmara só está preocupada com murinhos e valas, o colega de bancada elogia a reabertura de uma unidade de saúde que a sua pessoa disse que nunca na sua vida acreditou que viesse a ser uma realidade. Portanto, referiu que de uma vez por todas, esperando que isto sirva, para o próximo mandato, afirmando do “fundo do coração” que venham mais elementos no próximo mandato como a senhora Elisabete Cristina Carneiro Ascensão, pelo seu foco, determinação, com todos os assuntos trabalhados e estudados, que gosta de ver pelo facto de elevar a política. Em setembro os Goienses vão ser novamente chamados às urnas pelo que a bancada do PSD desejava apresentar uma palavra de reconhecimento aos Vereadores com Pelouros, neste caso o senhor Vice-Presidente, bem como uma forte energia de incentivo e também de intenção por todos os discursos que não deveriam ouvir, pelo facto de serem dois eleitos no Executivo, não sendo câmaras socialistas com três eleitos, pelo que hoje ao fim de quatro anos vamos ao terreno e questionamos às pessoas se o “a sua aldeia, a sua rua, o seu passeio”, melhorou ou piorou comparando com os últimos doze anos, sendo a resposta unânime, melhorou, sendo que a oposição poderá trazer altos cargos de Coimbra que uma coisa que podem ter a certeza os Goienses vão reconhecer, ainda com mais força, o excelente trabalho que este Executivo tem feito.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte iniciou a sua intervenção referindo desejar ter informação relativa ao processo da Travessa da Fonte, Amioso do Senhor, pelo facto de ser do seu conhecimento a realização de reunião na Câmara Municipal sobre este assunto sendo do seu interesse em ter conhecimento dos factos. Em relação ao novo acordo relativo à nova rede de transportes que irá operar no âmbito da CIM RC questionou se será mais vantajoso para o nosso concelho, bem como se irá haver algum tipo de inovação na prestação deste serviço. Em relação à reabertura da extensão de saúde de Alvares referiu ter sido um de muitos que não deixou de acreditar na possibilidade de esta vir novamente a funcionar, tendo esta luta se mantido ao longo de dez anos, considerando a mesma justa pelo facto de fazer sentido que a prestação deste serviço fosse continuado na freguesia de Alvares, sendo óbvio que sem o empenho da Câmara Municipal não seria possível, sendo uma vitória de todos nós, dos autarcas, salientando que a Junta de Freguesia nunca esqueceu este grande benefício para a nossa população. Sobre o funcionamento desta unidade de saúde solicitou ao senhor Presidente mais informação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o processo do Amioso do Senhor referiu ter sido realizada reunião com os técnicos e a jurista para que fosse elaborado parecer jurídico aguardado a receção deste. Relativamente à nova operadora de transportes que irá operar no território da CIM RC referiu ter sido feita uma apresentação a qual irá ter melhorias em relação à atual rede que se encontra em funcionamento, tendo para o efeito esclarecido, nomeadamente no que

concerne à disponibilização de um passe mensal o qual permitirá aceder a todos os transportes que operam na rede da CIM RC, tendo também dado alguns dados sobre os autocarros, nomeadamente a contagem de passageiros, para nos apercebemos qual a utilização real em cada concelho deste tipo de transporte. Referiu ainda que com a entrada do Metro-Bus pretende-se a criação de uma linha entre Góis-Serpins para melhoria da oferta na rede de transportes públicos. Em relação à extensão de saúde de Alvares informou que o que se solicitou à ULS de Coimbra foi autorização para abertura da mesma, desde que haja médico a mesma estará em funcionamento, tendo o Município assegurado a permanência da médica que prestará serviço nesta unidade, a qual reside no concelho.-----

-----Dada a palavra o senhor Nuno Miguel Almeida Neves Baeta referiu que a reabertura da extensão de saúde de Alvares não se fez por razões óbvias, entendendo que o senhor Presidente deveria proceder aos devidos esclarecimentos, mas sim foi por muita força pessoal da pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, salientando que a médica reside no concelho. -----

-----De seguida, elogiou a senhora Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de o ponto antes da ordem do dia ter cumprido com o Regimento a Assembleia Municipal no que concerne à durabilidade, sessenta minutos.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que, por razões óbvias, como autarca defende a reabertura da extensão de saúde, obviamente que no papel de autarca é o mínimo que deve fazer, defender a reabertura desta unidade de saúde e, obviamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal fez o seu papel, e muito bem, porquanto é óbvio dentro da nossa ação política, sendo que se não for para tratamento desses assuntos então não sabe o porquê de sermos eleitos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que além do dia em que estiver aberta a extensão de Alvares ao público com os profissionais de saúde, prevê-se também a possibilidade de alguém disponibilizado pelo SNS 24 estar nesta unidade de saúde no novo formato que a ULS pretende que permite fazer interligação de quem pretende usufruir desses serviços.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. CONHECIMENTO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS/ANO 2024**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu estarmos perante um dos documentos mais importantes da gestão autárquica, contudo antes de iniciar a discussão do documento referiu que tanto

quanto se lembra, a Prestação de Contas Individuais constituía um único ponto da ordem de trabalhos para deliberação, havendo um outro ponto onde era incluído o Relatório da Auditoria e a Certificação Legal de Contas apenas para conhecimento. Contudo, no presente ano, houve uma alteração, ou seja, o Relatório de Auditoria está integrado no mesmo ponto da Prestação de Contas Individuais, portanto para deliberação. Face ao exposto, questionou se fará algum sentido que o Relatório de Auditoria seja sujeito a deliberação, questionando também ao que se deve esta mesma alteração, bem como se a mesma decorre dos normativos legais. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Chefe da DAG para proceder aos esclarecimentos, o qual referiu que o Relatório de Auditoria vem integrado na Prestação de Contas Individuais uma vez que faz parte integrante, mas apenas para conhecimento.-----

-----A senhora Presidente Assembleia Municipal referiu que o Relatório de Auditoria ao acompanhar o documento da Prestação de Contas Individuais subentende-se que terá também que ser objeto de aprovação o que, na sua ótica, não fará sentido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o ponto em análise, Conhecimento e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2024, será para conhecimento e votação, sendo que ao fazer-se acompanhar com o Relatório de Auditoria este deverá ser somente objeto de conhecimento.----

-----A senhora Presidente Assembleia Municipal questionou se a Assembleia Municipal concorda com que o procedimento a tomar seja em consonância com as palavras do senhor Presidente.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro Ascensão referiu que pelo que se apercebeu o Relatório de Auditoria que consta na Prestação de Contas Individuais/Ano 2024 fará parte do Ponto. 2 relativo à Certificação Legal de Contas, questão a que o senhor Chefe da DAG respondeu que integra o Ponto 1. Nesse sentido, a senhora Elisabete Cristina Carneiro Ascensão respondeu ser seu entendimento que o Ponto 1. deveria ter a seguinte denominação “Conhecimento e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2024 e Conhecimento do Relatório de Auditoria”, não fazendo sentido votar o Relatório de Auditoria.-----

-----A senhora Presidente interrompeu os trabalhos para a Mesa da Assembleia Municipal decidir de como é que será analisado ambos os documentos, e qual a posição a tomar na deliberação do assunto em questão.-----

-----Dada a palavra, o senhor Chefe da DAG referiu que de acordo com informação do senhor auditor a Prestação de Contas Individuais deverá ser votado num todo fazendo parte deste documento o Relatório de Auditoria.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou o porquê de somente no presente ano

o Relatório de Auditoria integrar o documento da Prestação de Contas Individuais, questionando se se deve ao facto de ter havido alguma alteração aos normativos legais.-----

-----Dada a palavra, o senhor José Joaquim Marques de Almeida, Auditor Externo, responsável pelo Relatório de Auditoria e Certificação Legal da Contas do Município de Góis, informou que a legislação não sofreu qualquer alteração. Referiu que as demonstrações financeiras do Município são auditadas por um órgão exterior ao Município pelo que quando a Câmara Municipal apresenta a Prestação de Contas Individuais o relatório de auditoria e a certificação legal de contas, por parte do órgão exterior, faz parte integrante das contas todas.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que em anos transatos o Relatório de Auditoria e a Certificação Legal de Contas não integravam a Prestação de Contas, integrando sim um único ponto, sendo que no presente ano, o Relatório de auditoria integra a Prestação de Contas Individuais, havendo um outro ponto onde foi integrado unicamente a Certificação Legal de Contas, sendo que o primeiro ponto será para ser deliberado, pelo que questionou se fará sentido votar o Relatório de Auditoria.-----

-----Dada a palavra o senhor José Joaquim Marques de Almeida referiu que não fará sentido que o Relatório de Auditoria seja votado.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra às bancadas para se pronunciarem sobre o assunto.-----

-----O senhor líder da bancada do PSD questionou sobre de quem é a competência de elaborar a Ordem do Dia da Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que é da sua competência a elaboração da Ordem do Dia sendo que não poderá alterar a documentação que é remetida pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor líder da bancada do PSD referiu que a discussão ora suscitada deveria ter sido efetuada anteriormente a esta sessão não entendendo o porquê de somente o estar a ser presentemente. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o senhor líder de bancada do PSD que não tem competência para alterar a documentação que lhe é remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Líder da bancada do PSD referiu ser da competência da senhora Presidente da Assembleia Municipal elaborar a ordem do dia, questão a que a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou desde que sejam propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal e também pela sua pessoa, sendo que no caso em concreto o documento foi-lhe remetido pela Câmara Municipal, pelo que não o pode alterar. Sobre esta questão o senhor líder de bancada referiu que o Regimento da

Asssembleia Municipal refere que compete à mesa da Assembleia Municipal elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição, admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa na Assembleia Municipal, sendo português claro, salientando que compete à senhora Presidente da Assembleia Municipal verificar a conformidade previamente à reunião, não no dia e mostrar a sua estranheza pelo facto de ter sido sempre assim.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter questionando o porquê de o Relatório de Auditoria integrar a Prestação de Contas Individuais em virtude de desconhecer se provavelmente houve alguma alteração à legislação, bem como pelo facto de nos anos anteriores o documento não integrar a Prestação de Contas Individuais, devendo todos terem conhecimento desse mesmo porquê.---

-----Dada a palavra o senhor Ricardo José Duarte Ventura para simplificar esta questão propôs uma alteração à ordem do dia, i.e., o Relatório de Auditoria passar para o Ponto 2. da ordem do dia, com a seguinte denominação Conhecimento do Relatório de Auditoria e da Certificação Legal de Contas unicamente pelo facto de ambos documentos serem somente para conhecimento, mantendo-se o Ponto 1. Conhecimento e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2024. -----

-----O senhor Presidente referiu que o Relatório de Auditoria integrou a Prestação de Contas Individuais/Ano 2024 presente ao Executivo, na sua reunião ordinária de 25.03.25, tendo a deliberação do documento feito menção unicamente à Prestação de Contas Individuais, por ser o documento que carecia de votação e deliberação. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de o documento ter sido presente à Câmara Municipal nos mesmos moldes e tendo sido votado somente a Prestação de Contas Individuais entende que a Assembleia Municipal não tem competências para alterar o documento pelo que propôs que o órgão deliberativo tome conhecimento do Relatório de Auditoria e apenas delibere sobre a Prestação de Contas Individuais/Ano de 2024. Seguidamente deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal para se pronunciarem sobre o documento.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês interveio referindo que o documento apresenta-se bem elaborado, cumprindo integralmente os requisitos legais aplicáveis e revelando rigor na sua estrutura e organização. Da análise que efetuou referiu constatar, com satisfação, que se verificou um aumento de aproximadamente 10% da receita, em comparação com o exercício anterior, justificado, em grande medida, pelo acréscimo registado na rubrica transferências correntes. No que respeita à execução das Grandes Opções do Plano, salientou positivamente diversas intervenções realizadas, nomeadamente: Abertura e limpeza de estradas e aceiros; Limpeza das faixas de gestão de combustível; Continuação do projeto de intervenção nas margens do rio Ceira, no âmbito da gestão da bacia hidrográfica; Ampliação

da rede pública de energia no Concelho; Execução do Parque da Monteiro (Ciclo da Truta); Obras de remodelação do Centro de Saúde de Góis e da Extensão de Saúde de Alvares; Apoios financeiros às Juntas de Freguesia, num montante global de 80 000 euros; Aquisição de imóveis para reabilitação; Finalização das obras de alteração e ampliação da Escola Básica de Góis; Participação do Município na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa; Realização de diversas obras de manutenção e beneficiação de arruamentos. As obras executadas evidenciam uma intervenção ampla e estratégica, impactando positivamente áreas essenciais da vida dos cidadãos: a floresta e a sua gestão, as acessibilidades, a habitação, nomeadamente no âmbito do programa de apoio ao acesso à habitação, a requalificação urbana, com destaque para os equipamentos de saúde, a cultura, o ambiente e a sustentabilidade, a educação, o turismo e o incentivo ao empreendedorismo. Assinalou, igualmente com agrado, a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), um instrumento fundamental para o ordenamento do território e planeamento estratégico do desenvolvimento local. Relativamente a aspetos financeiros importa realçar que, no ano de 2024, o Município apresentou um resultado líquido positivo de 71 318,36 euros, impulsionado por um aumento significativo dos rendimentos operacionais, a um ritmo superior ao dos gastos operacionais. Registaram-se aumentos generalizados em praticamente todas as rubricas de rendimento, com exceção das vendas e das imparidades de dívidas a receber. Quanto à dívida o município utilizou 45% do limite da dívida total cumprindo o que se encontra estipulado na legislação em vigor. Relativamente a Procedimentos de gestão e candidaturas a financiamento destacou, de forma positiva, a apresentação atempada de candidaturas a financiamento, mesmo para projetos ainda não executados, demonstrando uma gestão estratégica e proactiva. A não execução de algumas obras resultou, como é sabido, das morosidades burocráticas inerentes à aprovação de projetos e à abertura de plataformas de financiamento, especialmente no caso de verbas de origem comunitária, condicionadas a processos complexos e exigentes. Em suma, o Relatório de Prestação de Contas Individuais do Município de Góis relativo a 2024 comprova a realização de investimentos e execução de obras, pequenas é certo, mas com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população, bem como a manutenção de uma situação financeira equilibrada e sustentável. Terminou questionando se a obra que não ficou por realizar foi somente a que está dependente da aprovação de candidaturas ou também não foi executada, no ano de 2024, pequenas obras que têm impacto na vida das pessoas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que presentemente não dispõe de informação suficiente sobre a questão colocada, porém referiu que tem sido preocupação dos serviços atender a todos os pedidos solicitados, havendo efetivamente uma taxa de execução elevada, tendo informado da criação de um link onde se encontram fotos de todas as obras realizadas pela Câmara Municipal no

presente mandato, estando estas divididas por ano. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que ao invés do ano de 2023 em que se verificou um saldo líquido negativo, i.e., de - 731.241,77€, o saldo do ano 2024 é positivo, 71.318,36€, ficando satisfeito com este resultado. Referiu que dentro da gestão corrente a Câmara Municipal fez obra no pressuposto de melhorias das condições dos munícipes, tendo a senhora Filomena Geraldês elencado parte destas, contudo continua a estar em falta algumas das bandeiras do manifesto eleitoral do PSD, ou seja, a criação de postos de trabalho, a disponibilidade de habitação e terrenos para se construírem habitações a custos acessíveis, no sentido de fixação de jovens e famílias, sendo um facto que cada vez mais os jovens abandonam o nosso território seja à procura de habitação, seja à procura de emprego. Referiu que, provavelmente, a Câmara Municipal terá que diminuir o custo das festas para que possa concretizar obra para atrair a fixação dos nossos jovens e outros que possam escolher o concelho para se fixarem. Mais referiu que da análise ao documento no Quadro de Fornecimentos de Serviços Externos existe a rubrica Outros Serviços, sendo o valor existente tanto no ano de 2023 como no ano de 2024 superior a meio milhão de euros, tendo em 2024 tido um aumento superior a duzentos mil euros, questionando quais os serviços que se encontram englobados nesta rubrica. Ainda neste mesmo quadro na rubrica Deslocações, Estadas e Transportes existe também um valor significativo, tendo em 2023 questionado o porquê, pelo que reiterou essa mesma questão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que como devem ter conhecimento o saldo da maior parte dos Municípios foi positivo resultando no rigor da gestão, mas também do incremento da receita por força das transferências do Estado. Acrescentou que no parcelar da Câmara Municipal a sua intervenção é clara relativamente ao saldo positivo, ou seja, o Resultado Líquido do período de 2024 é positivo no valor de 71.318,36 €, representando este valor a diferença entre rendimentos e os gastos do exercício. O Resultado Líquido do Exercício de 2024 é positivo em relação ao de 2023, devido a um acréscimo elevado dos rendimentos operacionais em maior proporção relativamente ao aumento dos gastos operacionais. Relativamente à questão dos postos de trabalho, emprego e fixação dos jovens referiu que é do conhecimento de todos que teremos que investir para que os jovens não saiam do concelho, não sendo somente um problema do nosso concelho, sendo um problema transversal a outros municípios, sendo necessárias políticas que possam ser impactantes e fazerem a diferença, tendo apresentado como exemplo a classe médica, ou seja, para que hajam médicos para virem exercer as suas funções em Góis será necessário a criação de algumas medidas que tenham impacto direto naquilo que é a vida dos médicos, para que tenham interesse para que a escolha seja em Góis, sendo que os governos têm instrumentos para esse mesmo efeito, sendo esse mesmo instrumento denominado como política

fiscal, ou seja, todos os anos o orçamento de estado tem o chamado estatuto de benefícios fiscais tendo formas que nuns anos cria-se para determinadas atividades em outros cria-se para outras para que possa incrementar na economia o interesse, a fixação, ou o que quer que seja, de diversos estratos da população. No caso dos jovens em concreto, referiu se tivermos uma população de jovens licenciados em certas áreas é um facto que não irão ter emprego em Góis pois não temos empresas no concelho para que possam trabalhar na área da sua formação podendo, naturalmente, de exercerem por cá a sua profissão caso a empresa lhe dê a possibilidade do exercício das suas funções em modo remoto, teletrabalho. Acresce a este facto se não tivéssemos preocupados em implementar emprego na região não andaríamos preocupados em que a Lusiaves, Mota-Engil, e outras empresas se fixassem no concelho, apesar de termos a noção que estas empresas têm uma parte tecnológica muito acentuada pelo que não irão criar muitos postos de trabalho e mesmo os que serão criados não sabemos se teremos pessoas suficientes para os preencher. É uma situação transversal a empresas que se pretendem instalar verificando-se essa situação, nos dias de hoje, pelo que se falarmos com alguns empresários percebemos imediatamente que têm dificuldade em recrutar trabalhadores, tendo apresentado como exemplo que num restaurante local onde estive foi confrontado pelo empresário com a falta de trabalhadores. Referiu que efetivamente é necessário a criação de espaços para fixação de pessoas e, nesse sentido, a Câmara Municipal encontra-se a elaborar um projeto de loteamento, sendo também necessário ter uma área de acolhimento empresarial, porém a Câmara Municipal terá que ter verba necessária para esse mesmo efeito porquanto as regras alteraram-se, i.e., se existe um Município vizinho com espaço para poder implementar empresas não há financiamento para outro Município que queira criar uma área de acolhimento empresarial a não ser que tenha capital próprio. Naturalmente que são assuntos com que nos preocupamos, salientando a existência de jovens resilientes que optam por se fixarem no nosso território sendo nossa obrigação alavancar alguns meios para que as pessoas possam ter a sua vida mais facilitada, no caso concreto os jovens para que possam por cá ficar, porém os municípios estão maniatados, principalmente, aqueles que têm poucos meios financeiros, como o nosso que em termos de receita está sempre limitado quanto aos investimentos que pode fazer e até se calhar o governo poderá agarrar na lei das finanças locais e mudar o atual paradigma, ou seja, municípios que têm um superavit porque têm um conjunto de receitas para que possam investir, provavelmente, entende que devia existir solidariedade a nível nacional e então a tal coesão nacional e territorial que é necessária olhar para os mais pequenos e que necessitam, é um facto que ninguém teve a coragem de o fazer até aos nossos dias desconhecendo se alguém o fará. Deu a palavra ao senhor chefe da DAG para esclarecimento da rubrica "outros serviços".-----

-----O senhor chefe da DAG referiu que a rubrica em questão engloba serviços que não se enquadram nas restantes, sendo exemplo disso a aquisição de serviços à ADESA de limpeza de aceiros.-----

-----Dada a palavra o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu comungar com a explicação do senhor Presidente realçando que apesar dos pagamentos que todos efetuamos ao Estado nada nos é retribuído, é um facto que é difícil para todos fazer crescer o interior do país, comungando com as preocupações do senhor Presidente, preocupações essas que deveriam ser também da Administração Central.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que a sua análise será de âmbito político, porquanto o documento em análise foi elaborado tecnicamente de acordo com a legislação para o efeito. Referiu que apesar do resultado líquido do ano de 2024 ser positivo relativamente às GOP entende ser este o pior resultado deste Executivo, aliás um dos piores deste Município, i.e., 42,74% de taxa de execução. Quando se salienta as principais execuções das GOP de 2024 com a compra de duas máquinas, a limpeza de estradas, a limpeza das faixas de gestão, a aquisição de dois imóveis, estrada Portela-Vila Nova do Ceira, aquisição de placas de toponímia, resume bem a execução deste Executivo, estando estupefacto quando se retira a importância às grandes obras relativizando a sua não execução. Salientou ter sido compromisso deste Executivo, desde o início, em executar essas mesmas obras, pelo que volvidos três anos sem que estas vejam a luz do dia, apresenta-se como desculpa a falta de fundos comunitários, justificação injustificável, se antes pensávamos que não existiam projetos com e sem fundos comunitários, é um facto que os mesmos continuam a não existir, sendo uma realidade que Municípios vizinhos têm executado projetos, tanto com verbas do orçamento municipal como financiadas comunitariamente. Referiu a existência de obras de extrema importância para o desenvolvimento do nosso concelho sendo exemplo disso o Parque de Lazer da Selada, Cortes, a Casa-Museu Alice Sande, a Casa da Lavra de Baixo, o Mercado Municipal, a Casa da Natureza, a EB e Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira, entre muitas outras e, portanto, não poderia deixar de fazer referência que é com muita admiração quando se relativiza a não execução destas importantes obras que consideramos que iriam contribuir muito para o desenvolvimento do concelho de Góis. Relativamente ao saldo transitado para o ano de 2025, mais de dois milhões de euros, referiu que face à realidade do nosso concelho é um valor extremamente alto pelo que deveria ter sido investido em medidas, políticas e obras para melhoria das condições de vida da nossa população. Como aqui já foi referido, em setembro próximo o povo irá ser chamado às urnas para eleição do próximo Executivo sendo seu desejo que a população se manifeste e penalize este Executivo, pois está mais do que visto que a única maneira deste concelho regressar à senda do desenvolvimento é que o Partido Socialista regresse aos destinos deste Município.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em resposta à intervenção irá mencionar

extratos da intervenção do senhor Vereador do PS na discussão e deliberação deste assunto em sede do Executivo, ou seja, *“Da análise feita ao documento em apreço referiu que pôde constatar que as demonstrações orçamentais respeitam e seguem o Sistema de Normalização Contabilista (SNC) para a Administração Pública, realçando o trabalho executado pelos trabalhadores da Câmara Municipal, afetos à responsabilização da apresentação ao Executivo”, “Referiu que se verifica o cumprimento integral e dentro dos devidos prazos das obrigações do Município, sendo exemplo, entre muitos, os pagamentos à Segurança Social, o pagamento do IVA e à ADSE. Referiu ainda que o Resultado Líquido positivo, no valor de 71.318,36€, bem como que o Município não tem pagamentos em atraso. Em relação à margem ou capacidade de endividamento, referiu ser a melhor dos últimos três anos (...), “Fez referência à existência de uma forte redução no valor dos financiamentos obtidos, o que por sua vez se traduz numa forte quebra das receitas de capital, deduzindo que pela falta de investimento e execução de candidaturas gera uma evolução negativa de 11,05%.”.* Referiu não ser por falta de entrega de candidaturas que não se fez obra, realçando que quando se apresenta uma candidatura temos que saber quanto é que irá custar executar a obra para que o valor seja colocado em orçamento por ter que estar previsto, mas no final se não se concretizar a apresentação da candidatura o desenvolvimento do processo, naturalmente, que irá gerar esse mesmo saldo, mas caso esse valor não fique em orçamento também não podemos apresentar essa mesma candidatura. Prosseguiu, fazendo novamente referência à intervenção do senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues, *“Sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) referiu que se verificam desvios superiores a 50%, levando para uma execução de 42,74%, o que lhe parece muito pouco para as necessidades do nosso concelho e que constavam no próprio orçamento que estava em execução. No que concerne ao saldo transitado para 2025 no valor de 2.703.934,60€, aumentou quase 1 milhão de euros em 2024, sendo um valor muito elevado para um concelho como o nosso, com tantas coisas por fazer.”,* referindo que números são números e o resultado das GOP não foi aquele que desejámos, impactado por procedimentos concursais os quais foram abertos, mas que não tiveram desenvolvimento porque as empresas não cumpriram, sendo exemplo as faixas de gestão de combustível e também o Poceirão, obras entregues e que as empresas vencedoras vieram informar que não teriam condições para as executar o que, naturalmente, retira à Câmara Municipal capacidade para executar obra, não executou obra não por que não se tenha vontade e/ou não se pense no desenvolvimento do concelho, mas sim por circunstância da realidade atual. Ainda sobre a intervenção do senhor Vereador do PS referiu *“Em resumo da análise ao documento referiu que constata-se uma fraca execução do orçamento de 2024, havendo uma preocupação em poupar (...),”* não havendo preocupação em poupar, mas sim preocupação em gerir e aquilo que resulta do saldo foi referido é da obra já efetuada, *“levando há não execução de obras*

imprescindíveis para o progresso do nosso concelho, como por exemplo a Escola Básica de Vila Nova do Ceira (...)", sendo que este equipamento ainda não se encontra executado porquanto o projeto ainda não se encontra finalizado e ainda se encontra em aberto o Aviso que permite o financiamento, pelo que não é porque não o queremos, sendo uma obra estruturante e necessária, não estando ainda executada não por negligência, nem por incompetência, mas sim por esses motivos, "o bar/restaurante "Casa da Natureza,(...)" tem uma candidatura a qual foi entregue no Turismo de Portugal, sendo que não pode avançar com a obra pois tem uma candidatura com financiamento pelo que a avançar está a dar o sinal que não necessita de financiamento podendo, naturalmente, perder a verba que poderá vir a ser financiada, "o Parque da Selada em Cortes", foi objeto de uma candidatura apresentada e aprovada pela CCDRC a qual foi entregue à DGAL tendo o processo atrasado pelo facto de o anterior Secretário de Estado ter saído, entrado um novo, mas o Governo caiu, pelo que as obras não se encontram feitas não por incompetência do Executivo, nem por falta de vontade, nem é porque o PSD não sabe governar, e o PS sabe melhor, mas sim por contingências de quem gere e que se depara com estes constrangimentos, não sendo causas diretas do trabalho que efetuamos, mas por causas externas que têm a ver com outras entidades. Acresce que quando a candidatura do Parque da Selada foi aprovada era intenção da Câmara Municipal abrir o procedimento de contratação pública, porém consultada a CCDRC foi informado para não avançar pois poderá ser subentendido que tem dinheiro e a candidatura poderá ser objeto de indeferimento da DGAL, sendo esta a realidade, havendo outras obras cujos Avisos ainda se encontram a decorrer, tendo tudo o seu timing, pelo que não queiram que em quatro anos se faça tudo o que não se fez em mais tempo.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na sequência da intervenção a senhora Filomena Maria de Matos Gerales apraz-lhe mencionar que as obras num Município nunca terminam, principalmente, aquelas que incidem sobre as necessidade básicas que diariamente se sentem, pelo que dirigiu convite à própria para visitar a União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal e verificar se as obras todas aquando a campanha eleitoral se se encontram concretizadas, dando como exemplo o alcatroamento. Sobre as palavras proferidas pelo senhor Presidente em relação à senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra quando mencionou que andava distraída, equivocada, não acompanhava as redes sociais, salientou parecer-lhe que a senhora Vereadora não andarà distraída pois da análise efetuada ao documento em apreço detetou uma série de lapsos/erros os quais deveriam ter sido detetados pelos técnicos da área financeira ou até mesmo pelo revisor oficial de contas, atrevendo-se a afirmar que o senhor Presidente deveria ter agradecido à senhora Vereadora pela revisão feita ao documento que deveria ter sido efetuada pelos técnicos da Câmara Municipal que o elaboraram. Sobre a

publicidade que se dá a alguns assuntos nas redes sociais do Município de Góis referiu que provavelmente a mesma não chega, pois entende que também deverá ser feita através de outros meios de comunicação social, sendo exemplo disso a Rádio Clube da Arganil, com a qual o Município de Góis tem um contrato, conforme plasma o documento em análise, divulgação através de flyers e cartazes, facto que não acontece, entendendo que numa freguesia como a sua, na qual a população é maioritariamente envelhecida, não usando as redes sociais, entende que a forma de divulgar atividades deverá ser feita por outros meios. -----

-----Relativamente ao documento em análise é visível no Quadro 17 – Demonstração de Resultados o saldo ser positivo, felicitando o senhor Presidente por esse mesmo facto. Contudo, referiu que desejaria que lhe esclarecessem o seguinte: *“No que respeita aos Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, no ano de 2024, face ao ano de 2023, verifica-se uma forte recuperação de 935.503,56 €, o que se deveu a um acréscimo elevado dos rendimentos operacionais colmatando o aumento de gastos operacionais.”*, ou seja, quais são os rendimentos operacionais e quais são os gastos operacionais, sendo que no Relatório de Auditoria essa mesma citação é também feita, reiterando a sua questão de como é que se passou de um saldo negativo de -731.241,77€ para um saldo positivo de 71.318,36€, e também quais as operações, bem como é que se chegou a um crécimo elevado dos rendimentos operacionais colmatando o aumento de gastos operacionais. Referiu ainda que no documento é visível uma série de rubricas que aparecem como “Outros” com valores elevados, sendo a regra que neste se enquadrem em outras rubricas, porém são residuais, ou seja, apareceu uma despesa este ano, que em outro ano não irá aparecer, apercebendo-se a existência de despesas que são anuais, pelo que apelou para que quando se elabora o orçamento tenham mais cuidado e que se desmembre a rubrica “Outros” para que esta rubrica não tenha um valor elevado e apenas tenha um valor residual.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando mencionou que a senhora Vereadora poderia andar distraída foi somente em relação a uma situação concreta, contudo como se poderá verificar o parcelar refere que *“(…) sobre a rubrica em questão, Outros serviços, referiu tratar-se de uma variedade de serviços que não se enquadram em outras rúbricas mais específicas. Agradeceu as anotações apresentadas pela senhora Vereadora, referindo que naturalmente essas questões terão que ser devidamente verificadas, lamentando a existência de alguns lapsos (...)”*, sendo que lamentamos sempre a existência de erros pois ninguém deseja entregar documentos com erros. Em relação a publicitar atividade da Câmara Municipal referiu haver uma maior incidência nas redes sociais porquanto são os instrumentos mais utilizados nos dias de hoje, porém será verificada a sugestão apresentada. Em relação à questão do alcatroamento referiu que a Câmara Municipal procedeu à aquisição de betuminoso, através

de procedimento para esse mesmo efeito, para que os serviços externos possam efetuar os necessários trabalhos, os quais têm uma forte incidência na União das Freguesias, sendo exemplo disso o Colmeal entre outros locais da freguesia, como deve ser do conhecimento da senhora, realçando que o presente mandato ainda não acabou.-----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na sequência das palavras da senhora Filomena Geraldês apenas falou da sua freguesia, sendo que a resposta ao senhor Presidente é que não tem conhecimento se irão ser efetuados trabalhos de alcatroamento na União das Freguesias tendo a sua questão sido apenas colocada enquanto membro da Assembleia Municipal. Referiu não ter sido respondida a sua questão sobre a transformação do saldo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o senhor revisor oficial de contas no uso da palavra irá responder a essa questão.-----

-----Dada a palavra o senhor revisor oficial de contas referiu que auditaram as contas do Município de Góis pelo que elaboraram um relatório de auditoria bastante detalhado e analítico onde constam os números que refletem a gestão do Município de Góis durante o ano de 2024. Referiu serem números objetivos sendo que a interpretação dos mesmos poderá ser indiferenciada, ou seja, os números têm uma interpretação objetiva, mas cada um poderá ter uma interpretação diferente desses mesmos números. Efetivamente o relatório tem alguns aspetos que irá mencionar pelo facto de serem importantes para se perceber a situação patrimonial e a situação financeira do Município de Góis. Referiu que na página 10, no quadro dos Instrumentos Financeiros faz referência à participação do Município de Góis na APIN representando essa participação em 7,20% do capital social da APIN, num valor de 79.200,00€, sendo que essa participação no dia 31.12.24, valia 1.454.000,00€, porque estava valorizado ao preço do custo e a APIN viu os números e a participação de 79.200,00€. Neste momento, em termos contabilísticos refletidos nas contas da APIN vale 1.454.000,00€, sendo esta uma informação muito importante para se perceber as contas do Município. Mais referiu que tanto nesta Câmara Municipal, como em outras, as contas não se encontram perfeitas, ou seja, têm reservas e têm enfases, as reservas que tem é horizontal a todos os Municípios do país, ou seja, o problema da concessão de baixa tensão, sendo que estes valores, de uma maneira geral, não encontram identificados nas contas dos Municípios, pelo que faz com que o Município tenha uma reserva pelo facto de não ter identificado de acordo com a norma contabilística pública 4. Contudo, entende que, no próximo ano, e atendendo à listagem remetida de todos os equipamentos de baixa tensão, postes de transformação, pc's, entre outros, o valor aumentará 2.376.036,00€, significando que quando o valor em questão for reconhecido na contabilidade do Município terá que ser amortizado, tendo uma contenção muito grande, ou seja, as contas do município deste ano que têm um resultado

liquido positivo de 71.318,36€, caso se tivesse que se fazer estas amortizações teria um prejuízo na ordem dos cerca de 60.000.00€, sendo este um esclarecimento importante. Referiu que o Tribunal de Contas deseja que se façam estes reconhecimentos sendo que o Município tem todas as condições para o fazer no próximo ano e, pela primeira vez, iremos apresentar as contas sem reservas. Relativamente aos ênfases referiu terem uma perspetiva mais positiva do que propriamente negativa, ou seja, é dizer que de facto o Município se encontra dentro dos limites do endividamento definidos pela legislação em vigor, sendo que a interpretação dos números é que o Município está dentro desses limites estando adequadamente feita dentro dos parâmetros legais. Um outro ênfase prende-se com a execução orçamental a qual é praticamente idêntica à do ano anterior embora a taxa de execução da receita seja um pouco maior, sendo que a outra ênfase que irá ser também tirada é quando se efetuar a transferência em termos de estrutura de contas que são o contrato da gestão do Município que sobrou por causa do abastecimento de águas não estando ainda devidamente registado. Mais referiu que a certificação de contas e o relatório de auditoria refletem o cumprimento integral de todas as leis e regulamentos aos quais está sujeito o Município e que, no próximo ano, se fizerem o movimento dos acordos de concessão a reserva sairá e, será um dos poucos Municípios do país que não terá reservas nas contas. Referiu ainda que a Prestação de Contas Individuais deveria efetivamente incluir o Relatório de Auditoria e a Certificação Legal de Contas, pelo que as contas já foram aprovadas pela Câmara Municipal pelo que cabe à Assembleia Municipal deliberar.-----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina de Ascensão Carneiro referiu que a sua questão foi respondida tendo apenas questionado quais os rendimentos operacionais colmatando o aumento dos gastos operacionais, prendendo-se a questão em quais são esses rendimentos e quais são esses gastos.--

-----Dada a palavra o senhor Chefe da DAG referiu que a principal justificação para a diferença existente entre o saldo negativo de 2023 e o saldo positivo de 2024 prende-se com o artigo 35º, da Lei 73, que até ao ano anterior a transferência da administração central era exclusivamente imputada a capital e, por determinação do OE, no ano de 2024, foi imputado 50% a capital e 50% corrente, pelo que temos um valor que vem traduzir este resultado positivo. Sobre os gastos operacionais referiu que houve uma diminuição dos valores traduzindo-se a mesma nos resultados apresentados.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que analisado o documento pôde constatar que o orçamento relativo ao ano de 2024 aparece com um valor final de 13 179 081,88€, sendo o valor de 11 594 125,13€ relativo à execução da receita, i.e., 87,97% , sendo o valor da despesa de 9 287 656,58€, equivalente a 70,47%. Sobre as GOP's referiu terem tido uma execução de 2 087 434,29€, Quanto à execução do PPI, no valor de 1.234.680,52€ sendo que se este valor não foi tão elevado como

se esperava 2.495.000,00€ relativos a projetos que se encontram a decorrer. Em termos de atividades mais relevantes no valor de 852753,77€. Ainda sobre o PPI referiu que em relação às obras executadas fez referência às mencionadas na intervenção da sua colega de bancada, tendo salientando o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis no valor de 280.000,00 €, traduzindo-se no montante maior subsidiado até à data, tendo as transferências para as freguesias sido num montante superior ao dos anos anteriores, 80.000,00€, a transferência para instituições do concelho 356.388,83€. Em relação ao resultado líquido do exercício e, de acordo com a demonstração de resultados, foi de 71.318,36 €, lamentando que alguém tenha afirmado “tratar-se de uma engenharia financeira”, entendendo que com este comentário teve como objetivo criar confusão, desconfiança sobre quem elaborou os documentos, pois esqueceu-se que quem esteve envolvido nestas contas são precisamente as mesmas pessoas que no passado quando foram apresentadas contas com resultados negativos elaboraram este documento e que as mesmas são auditadas e sujeitas a visto do Tribunal de Contas, referindo que na política não pode valer tudo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal terminadas as intervenções colocou o documento à votação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, com nove votos a favor, da bancada do PSD, e dez abstenções, das bancadas do PS e do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, e em cumprimento com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Prestação de Contas Individuais/Ano 2024, apresentando no exercício de 2024 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 33.384.231,02€;-----

-----Património Líquido: 27.898.060,07 €;-----

-----Passivo: 5.486.170,95 €-----

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 10.007.792,20 €;-----

-----Gastos: 9.936.473,84 €;-----

-----Resultado líquido do exercício: 71.318,36 €;-----

-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----

-----Recebimentos: 10.192.399,10€;-----

-----Pagamentos: 9.348.817,96 €;-----

-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----

-----Recebimentos: 11.594.125,13€ (orçamental) e 82.287,85€ (operações de tesouraria);-----
-----Pagamentos: 9.287.656,58€ (orçamental) e 61.161,38€ (operações de tesouraria);-----
-----Saldos iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.484.013,88€;-----
-----Saldos iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 376.339,58€;-----
-----Saldos finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 2.306.468,55€;-----
-----Saldos finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 397.466,05€.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, em nome da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, apresentou a seguinte declaração e voto: *“O Grupo Municipal de Cidadãos Independentes por Góis após análise dos documentos relativo à prestação de contas individuais/ano 2024, considera que mais um ano, frustrou as expetativas dos goienses, tal como, foi demonstrado na reunião do executivo municipal, pelos vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis. Reafirmamos o que sempre dissemos sobre a análise das Contas: que assenta unicamente sobre as opções políticas da Câmara Municipal, e não quanto aos seus aspetos técnicos. Após três anos de mandato autárquico, não há uma perspetiva da Autarquia em apostar na diversificação das atividades económicas do nosso tecido económico local, com incentivos ao desenvolvimento da economia goiense. São necessários estímulos aos nossos agentes locais, nomeadamente sector social, e à atratividade de investidores para se instalarem no nosso concelho, como reiteradamente o Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, tem vindo a defender e a propor, seja através da melhoria de infraestruturas, de incentivos ao acolhimento empresarial, na proatividade no que concerne à captação de empresas, ou na melhoria efetiva do planeamento a curto, médio e longo prazo. Ao longo do ano e do mandato autárquico, fomo-nos apercebendo da trajetória da evolução dos investimentos e estratégias do executivo, pelo que, ao nível dos cumprimentos da execução orçamental, GOP’s ou PPI’s, também não nos surpreendem, mas são claros indicadores da inoperância deste executivo. Dado que não têm demonstrado ideias nem visão estratégica para o desenvolvimento do município, parecendo que não sabem onde aplicar o dinheiro e dinamizar o concelho, dever-se-á avaliar a estratégia de desenvolvimento que Góis deve seguir para não hipotecar o futuro dos goienses. Há dinheiro, então que haja iniciativa também para ficar na história pelos melhores motivos. Registamos as contas equilibradas. Porém, reafirmamos ser demasiado tempo sem agir, pois, nesta fase não existem desculpas “claras” para esta inoperância. Urge fazer mais e exige-se que cumpram a proposta de orçamento apresentado. Considerando os pressupostos acima resumidos e sem negar alguns aspetos positivos, o Grupo Municipal, do Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, não pode votar favoravelmente, pois a filosofia, princípios e estratégia de gestão da câmara municipal, de*

ambição para o futuro do concelho e de melhoria da qualidade de vida das pessoas são substantivamente distintos dos nossos. Face ao exposto, os eleitos do Grupo Municipal do Grupo de Cidadãos Independentes por Góis votam abstenção aos documentos “Prestação de Contas Individuais/Ano 2024”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Auditoria relativas ao exercício findo em 2024, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----**2. CONHECIMENTO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS/ANO 2024**-----

-----A senhora Presidente referiu que o documento da Certificação Legal de Contas relativas ao exercício findo em 2024, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. foi distribuído por todos membros, questionando as bancadas se desejariam intervir, não tendo não tendo nenhum membro manifestado interesse em usar da palavra relativamente ao assunto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão às 20.16 horas tendo a mesma sido retomada pelas 20.30 horas.-----

-----**3. CONHECIMENTO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 8/2025/REVISÃO AO ORÇAMENTO Nº 2 E REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 2**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o órgão deliberativo irá apreciar e votar a 2ª Revisão ao Orçamento e às GOP, não tendo sido presente à Assembleia Municipal a Revisão nº 1 tanto ao Orçamento como às GOP, depreendendo pela informação técnica, apesar de não ser muito explícita, ter havido um erro na designação da criação dessa modificação e que o programa financeiro não permitir eliminar, nem alterar, pelo que questionou qual terá sido a solução técnica e/ou contabilística adotada.-----

-----Dada a palavra o senhor Chefe da DAG referiu que a alteração nº 1 ao Orçamento e às GOP surgiu como revisão orçamental na integração do saldo de gerência não consignado e não se consubstanciava numa revisão tendo esse lapso determinado que na aplicação informática fosse assumida como revisão nº 1 a alteração nº 1 não tendo sido possível a correção, tendo sido tomados procedimentos junto do servidor do programa informativo para que se pudesse alterar as denominações não sendo possível

realizar as mesmas. Nesse sentido, referiu que apesar de o documento referir-se à Revisão ao Orçamento Nº 2 e também à Revisão às GOP Nº 2 para todos os efeitos esta é a primeira revisão, não tendo existido a Revisão Nº 1.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que efetivamente a Revisão Nº 1 existiu porquanto não foi eliminada, questionando qual o processo tomado para a mesma ser contabilisticamente anulada.-----

-----Sobre essa questão o senhor Chefe da DAG referiu que contabilisticamente não existe uma revisão Nº 1, existindo sim a Nº2, sendo que a Nº 1 se consubstancia numa alteração ao orçamento e às GOP presente somente à Câmara Municipal para deliberação.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que essa alteração teria valores, questão a que o senhor Chefe da DAG respondeu afirmativamente sendo a integração do saldo não consignado. Mais questionou de como é que se reverteram esses valores, questão a que o senhor Chefe referiu que foram presentes ao Executivo para deliberação não tendo havido a necessidade destes se consubstanciarem numa revisão e ser presentes ao órgão deliberativo para deliberação. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que aquando a elaboração da 1ª revisão ao Orçamento e às GOP houve um lapso na denominação deste quando o qual verdadeiramente se tratava de uma alteração ao Orçamento e às GOP. Questionou, se neste momento consultarmos o programa informático e imprimirmos cópia do documento aparecem ou não valores.-----

-----O senhor Chefe da DAG referiu que os valores que irão aparecer são relativos à 1ª alteração ao Orçamento e às GOP, os quais apesar de designação estar incorreta, encontram-se corretos pois são valores referentes à 1ª alteração ao Orçamento e às GOP, reiterando que apenas a designação dada é que está incorreta, não permitindo o programa informático alterar a designação dada ao documento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão ao Orçamento Nº 2 e revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) Nº 2.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia não votou por estar ausente no momento da discussão e votação do assunto.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----4. CONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À CRIAÇÃO DE TRÊS CONCESSÕES DE PESCA LÚDICA DO CONCELHO DE GÓIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a figura da ratificação é um ato administrativo legal desde que seja devidamente justificado entendendo que no caso em apreço poderia ter sido evitado o uso desta figura em virtude de as anteriores concessões de pesca desportiva terem terminado em maio de 2024, há mais ou menos um ano, referindo que a situação terá sido acautelada por ter sido contratados, em 22.02.24, os serviços de uma empresa. Neste sentido, questionou o que se passou neste espaço temporal de quase um ano para a situação não se encontrar resolvida e ser presentemente resolvida um “pouco à pressa”.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Município de Góis foi contactado para se realizar no Rio Ceira, em Góis, um torneio de pesca pelo que teve que tomar este procedimento em função dessa manifestação de interesse pelo que teríamos que ter as concessões de pesca devidamente legalizadas tendo em conta a data do evento, pelo que foi previamente o assunto deliberado pela Câmara Municipal para que depois fosse presente à Assembleia Municipal para a ratificar essa mesma deliberação. Acresce a este facto a Câmara Municipal não ter um Técnico disponível para tratamento destes assuntos tendo havido uma oportunidade de o evento em questão ser no Município de Góis e foram tomados os procedimentos, no imediato, face à aproximação da data do evento, salientando ser seu entendimento que os assuntos devem seguir o seu curso normal, tendo esta situação sido uma exceção à regra devido à data do acontecimento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu se o trabalho em questão não poderia ser efetuado pela empresa contratualizada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva quando manifestou a disponibilidade de efetuar a atividade é que sinalizou a empresa para poder tratar dos processos de criação de 3 concessões de pesca lúdica no concelho.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal reiterou a sua questão face à contratualização da empresa porquanto o contrato foi celebrado no mês de fevereiro do passado ano, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal solicitado à senhora chefe da DGUPA para prestar os devidos esclarecimentos sobre a questão.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA explicou que a empresa já teria entregue parte do trabalho contratualizado, ou seja, as áreas de concessão estando apenas em falta a parte do procedimento junto do ICNF e o pagamento das respetivas taxas, tendo sido por esse mesmo efeito que o assunto foi presente à Assembleia Municipal porquanto se tratam de valores para dez anos, a assunção dessa despesa terá que ser deliberada pela Assembleia Municipal, sendo que pelo facto da urgência de desencadear o processo para o ICNF de forma a que a prova se pudesse realizar nas referidas datas, sem

qualquer tipo de constrangimento, apesar de ainda aguardarmos o edital do ICNF, é que o assunto foi presente ao Executivo e, posteriormente, ao órgão deliberativo para a ratificação.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que apenas colocou as questões de forma a que se tenha conhecimento da forma como se desenvolveu o processo para o assunto ser objeto de ratificação por parte da Assembleia Municipal. Seguidamente deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal para se pronunciarem.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão apenas fez referência à morosidade por parte da empresa em entregar o trabalho que lhe foi contratualizado, porquanto já passou cerca de um ano para que pudesse entregar as três concessões de pesca do concelho, entendendo que não devem ser somente criadas concessões de pesca devendo haver uma outra atenção para o estado do rio. Ainda sobre provas desportivas referiu que devido a não existir qualquer concessão no rio poderão efetivamente ser realizadas as referidas provas. Neste sentido, questionou se para realizar a prova desportiva é necessário a existência de concessões no rio. -----

-----Dada a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal sobre todo este processo referiu que efetivamente este estaria um pouco parado, contudo na sequência de um contacto por uma empresa para se realizar uma prova de pesca desportivo do rio Ceira foram tomados alguns procedimentos, porém sem qualquer efeito pois a referida empresa extinguiu-se. Todavia, sendo uma prática que carecia de ser reativada devido às excelentes condições dos cursos de água existentes no concelho e aproveitando o Parque da Monteiro-Ciclo da Truta e a candidatura apresentada ao Turismo de Portugal, tendo sido informado pela Federação Portuguesa de Pesca que o processo deveria estar iniciado junto do ICNF para as provas poderem ser incluídas no campeonato nacional. Referiu que a prova irá ser na concessão no rio Ceira, em Góis, a qual será de apuramento para o campeonato nacional, estando agendada para o mês de outubro uma outra prova no concelho. -----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que o senhor Vice-Presidente referiu na sua intervenção que haveria uma empresa externa interessada em desenvolver todo este processo, facto que não veio a acontecer. Contudo, na informação técnica refere que os serviços da Fencça já foram contratualizados através da requisição nº357 de 22.02.24, sendo a autorização da despesa da competência do senhor Presidente da Câmara Municipal, subentendendo-se que desde a data em questão que seria a citada empresa responsável por todo este processo e não a outra em agosto.-----

--Dada a palavra o senhor Vice-Presidente explicou que esta empresa recuperou o processo para que depois ser o Município ou uma outra Entidade proceder à sua entrega junto do ICNF, sendo que seria essa mesma entidade, cujo contacto foi feito em agosto que iria proceder à entrega da documentação ao ICNF

e realizar a prova, como a mesma não avançou e havendo a oportunidade da prova ser em Góis, fruto da desistência de uma outra do calendário nacional, e a Federação tendo conhecimento da intenção do Município de Góis em reativar a pesca contactou-nos no sentido de acolhermos a prova, sendo que devido ao timing ser demasiado curto para todos os procedimentos necessários foi por esse motivo que o assunto ser presente à Assembleia Municipal para ratificação. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte interveio no sentido de ter conhecimento se é intenção da Câmara Municipal repovoar a ribeira do Sinhel, assunto por si várias vezes abordado, reiterando a sua questão se se perspetiva o repovoamento do leito desta ribeira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de uma ação que oportunamente terá que ser efetuada.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu fazer parte da concessão de pesca uma zona na Ribeira do Sinhel, Alvares, questão a que o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que para a prova terá que se efetuar uma largada. -----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão questionou se a largada de truta que irá ser efetuada será da responsabilidade do Município ou da Federação, tendo obtido como resposta que seria da Câmara Municipal.-----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho referiu que, em tempos, foi também praticante de pesca desportiva, principalmente, no rio Ceira, sendo que sempre que houve provas de pesca desportiva o repovoamento era feito com trutas de uma dimensão considerável fazendo com que outras espécies existentes no rio tivessem desaparecido, o que na sua ótica, não será o processo mais correto, devendo a repovoação, possivelmente, ser feita com trutas de menor dimensão e num período muito anterior à data da prova de forma a preservar as outras espécies de peixe existentes nos nossos cursos de água.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção, ratificar a aprovação do compromisso plurianual relativo à criação de três concessões de pesca lúdica do Concelho de Góis, ratificar a autorização do compromisso plurianual, em matéria de despesa associada à taxa anual a liquidar junto do ICNF, pelo prazo de 10 anos e no valor calculado à presente data de 336,45 euros/anuais, ou seja, 3.364,5 euros (10 anos), valor que poderá sofrer alterações ao longo do tempo ou prazo, também já cabimentado para o primeiro ano.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão apresentou a seguinte declaração de voto: *“Eu não me sinto devidamente esclarecida porque consultado o ICNF fui informada que as provas desportivas poderão se efetuar por ser uma zona de pesca que, neste momento, poderá ser utilizada, acrescentando a*

este facto parte do teor da informação o que não me deixa à vontade para votar a favor.” -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----5. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2025 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 12.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.01.2025 e 31.03.2025.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na descrição dos serviços é feita referência à desinfestação das EB's existentes no concelho não fazendo o documento referência à EB de Góis, questionando o porquê.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a EB de Góis está integrada no serviço efetuado na EB 2,3 de Góis.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----6. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DA OPOSIÇÃO-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática, aos órgãos das autarquias locais de natureza representativa. Referiu que são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo. São também titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas câmaras

municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. A titularidade do direito de oposição é ainda reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico. Face ao exposto, referiu que a Câmara Municipal remeteu o Relatório de Observância do Direito da Oposição à Assembleia Municipal o qual foi encaminhado para todos os membros, questionando se alguma das bancadas desejaria usar da palavra, não tendo nenhum membro manifestado interesse em usar da palavra relativamente ao assunto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**7. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na parte relativa à informação jurídica têm-se mantido o processo relativo à Assembleia de Compartes da Freguesia do Colmeal o qual já se encontra concluído, porém no documento refere que aguarda sentença.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que para a elaboração do documento é solicitado aos senhores consultores jurídicos informação sobre os processos que acompanham para que os mesmos constem no documento, pelo que irá informar-se sobre o processo em causa vir ainda na listagem fornecida à Câmara Municipal. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no quadro relativo aos processos judiciais pendentes existem alguns processos em que não há referência aos intervenientes no mesmo e lendo o objeto do processo não nos apercebemos do que é que se trata, tendo para o efeito apresentado um exemplo, ao qual o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu tratar-se de um auto levantado pela GNR relativamente a gestão de combustíveis. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um, três e quatro da Ordem do Dia.---

-----**PÚBLICO**-----

-----a) O senhor Rui Manuel Barata Neves, na qualidade de proprietário de uma propriedade, cuja

entrada é junto ao estacionamento existente, na parte de trás do imóvel na R. Comandante Bebiano Baeta Neves, no qual funcionam serviços públicos e privados, tendo recentemente o espaço passado para domínio público, questionou para quando é que é colocada sinalética no local, bem como uma placa toponímica com o nome da travessa, tendo para o efeito sugerido Travessa Quintal dos Castros, em questão de forma a que possa efetuar a alteração da caderneta predial da sua propriedade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal no que concerne à sinalética informou que assim que a Câmara Municipal tiver a escritura do espaço como domínio público serão os devidos sinais colocados, sendo que em relação à toponímia sugerida a mesma terá que ser analisada pela Comissão Toponímica.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)